



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, ESCOLA E TERRITÓRIO NO POVO JENIPAPO-KANINDÉ, EM AQUIRAZ/CE¹

Kayro Rocha Galdino²

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos³

RESUMO

O povo Jenipapo-Kanindé é uma das 20 (vinte) etnias indígenas do território cearense reconhecidas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). A Aldeia Jenipapo-Kanindé está inserida no distrito de Jacaúna, município de Aquiraz que faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A luta pela Educação marcou/marca a história de articulação e organização social e política do território. A chegada da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé em 2009 através da mobilização dos indígenas locais e da conjuntura política externa dos povos indígenas no Brasil contribuiu para novas conquistas para o povo Jenipapo-Kanindé. O presente trabalho procura compreender as interrelações entre a escola e o território partir da Educação Geográfica no povo Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz/CE. Trazemos conceitos chaves da pesquisa para serem discutidos neste trabalho: Povo Jenipapo-Kanindé, Educação Escolar Indígena e Educação Geográfica. Realizamos levantamento de literatura para o desenvolvimento da pesquisa com a presença de autores não – indígenas e indígenas e realização de oficina com os (as) estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé. O trabalho é resultado de dissertação construída no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE).

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Aldeia Jenipapo-Kanindé, Ensino de Geografia.

RESUMEN

El pueblo Jenipapo-Kanindé es uno de los 20 grupos étnicos indígenas del estado de Ceará reconocidos por la Fundación Nacional para los Pueblos Indígenas (FUNAI). La aldea Jenipapo-Kanindé se ubica en el distrito de Jacaúna, municipio de Aquiraz, que forma parte de la Región Metropolitana de Fortaleza (RMF). La lucha por la educación ha marcado la historia de la articulación y organización social y política del territorio. La llegada de la Escuela Indígena Jenipapo-Kanindé en 2009, gracias a la movilización de la población indígena local y al contexto político externo de los pueblos indígenas en Brasil, contribuyó a nuevos logros para el pueblo Jenipapo-Kanindé. Este trabajo busca comprender las interrelaciones entre la escuela y el territorio desde la perspectiva de la Educación Geográfica entre el pueblo Jenipapo-Kanindé en Aquiraz, Ceará. Presentamos conceptos clave de la investigación que se abordarán en este trabajo: el pueblo Jenipapo-Kanindé, la educación escolar indígena y la educación geográfica. Para el desarrollo de la investigación, realizamos una revisión bibliográfica que incluyó autores indígenas y no indígenas, y llevamos a cabo un taller con estudiantes de los últimos años educación elemental de la Escuela Indígena Jenipapo-Kanindé. Este trabajo es el resultado de una tesis

¹ Os autores integram o projeto intitulado “Território, escola e poder no campo e na cidade: diálogos por meio da categoria escola-território”, que é financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) por meio do Edital nº 07/2023 – Pró-Humanidades e o projeto denominado “A escola-território como categoria geográfica contra-hegemônica no estado do Ceará”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da Chamada Universal 10/2023, ambos desde o ano de 2023.

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: profkayrorocha@gmail.com

³ Professora dos cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus Itaperi, em Fortaleza (CE). Coordenadora do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: tereza.vasconcelos@uece.br



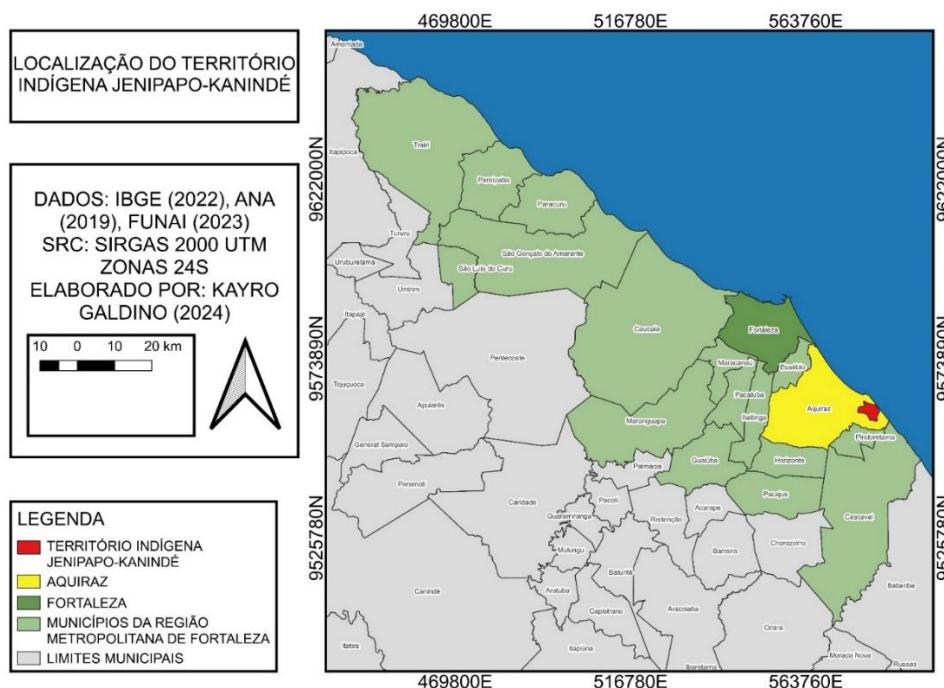
doctoral desarrollada en el marco del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Estatal de Ceará (PROPGEO/UECE).

Palabras clave: Educação escolar indígena, aldeia de Jenipapo-Kanindé, enseñanza de geografia.

INTRODUÇÃO

O povo Jenipapo-Kanindé, localizado no distrito de Jacaúna (Figura 1), município de Aquiraz, estado do Ceará, concluiu em 2024 o seu processo de demarcação, tendo em 2025 a homologação da terra indígena. As lideranças almejam a desintrusão de posseiros e invasores para a posse definitiva. Nesse processo, a Escola Indígena Jenipapo-Kanindé assume uma condição importante por dialogar constantemente com o território e vice-versa. A Escola atendeu 113 estudantes durante o ano de 2024 e oferece ensino nas modalidades dos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental distribuídos nos turnos manhã e tarde.

Figura 1 – Localização da aldeia Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz/CE



Fonte: Kayro Rocha (2025), baseado nos dados do IBGE (2022), ANA (2019) e FUNAI (2023).

A Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, foi inaugurada em 2009, representando a articulação do movimento indígena em construir uma Educação voltada para os povos



originários, considerando as relações com a ancestralidade, espiritualidade e saberes indígenas. Uma Educação que precisou ser desconstruída diante das intencionalidades centralizadas no projeto colonizador e ser construída a partir dos povos indígenas, enquanto um lugar de ações políticas e sociais.

A importância da escola para o povo Jenipapo-Kanindé reflete a luta da aldeia, fortalecendo a organização social e política através das políticas públicas da Educação Escolar Indígena. Assim, também vale para as demais etnias indígenas distribuídas ao longo do território brasileiro e suas relações com a Educação. A colonização brasileira impôs aos povos indígenas consequências materializadas até hoje nos territórios. A forma como educar dos “brancos” possuía como propósito integrar os indígenas a sociedade, desconsiderando suas trajetórias e territorialidades.

Pensar na escola e no território é considerar as relações que existem entre a escola, enquanto espaço de formação cidadã e o território, lugar de vida e existência. Destacamos que a terra para os povos indígenas é uma extensão da vida, das relações sociais e do cotidiano, e o território sendo parte. A escola e o território são complementos que se materializam por meio das ações docentes e do cotidiano dos (as) estudantes e professores (as).

Considerando essas relações entre a escola e o território, a Educação Geográfica possibilita nesse processo a construção do conhecimento para o (a) estudante. A relação dos (as) estudantes com o território perpassa pela escola inserida no cotidiano da aldeia. Compreendemos as trocas existentes entre os saberes indígenas e a Educação Geográfica, no sentido de se reconhecer as pluralidades que cerca essas relações e o fortalecimento da identidade indígena.

O presente trabalho intitula-se Educação Geográfica, escola e território no povo Jenipapo- Kanindé, em Aquiraz/CE e reforça a intensa relação de contribuições entre a escola e o território e o protagonismo dos (as) estudantes e professores (as). Com isso, o presente texto possui como objetivo compreender as interrelações entre a escola e o território partir da Educação Geográfica no povo Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz/CE.

Esse trabalho faz parte dos resultados de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROP GEO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foram diálogos construídos a partir de uma construção coletiva e engajada junto ao território Jenipapo-Kanindé. Consideramos também importante a contribuição com a luta dos povos indígenas, através de nossas pesquisas e produções acadêmicas.



METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico é importante para aprofundarmos as questões da pesquisa. Apontamos alguns conceitos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa: povo Jenipapo-Kanindé, Educação Escolar Indígena e Educação Geográfica. Em relação ao povo Jenipapo-Kanindé, nos atentaremos em Antunes (2008), Silva (2011) e Alves (2022). A abordagem referente à Educação Escolar Indígena, e em específico no povo Jenipapo-Kanindé citamos os autores Meliá (1999), Luciano (2006), Pereira (2018), e os autores indígenas Ferreira (2020), Feitosa (2020) e Nascimento (2017). Além disso o levantamento de leis permitirá compreender quais documentos possibilitaram a garantia a Educação Escolar Indígena.

Para a discussão relacionada a Educação Geográfica e saberes indígenas, voltamos aos autores (as) que discutem o ensino de Geografia e sua relação com o cotidiano dos (as) estudantes. A Geografia possibilita ao (a) estudante a compreensão do lugar, considerando a percepção que este carrega consigo através das relações sociais. Trazemos leituras e reflexões de: Callai (2005) Cavalcanti (2012), Kaercher (1999), Castrogiovanni (2005), além dos (as) autores (as) indígenas Munduruku (2007), Krenak (2011) e Alves (2022).

Em seguida, realizamos trabalhos de campo na Aldeia Jenipapo-Kanindé, bem como na própria escola. Os trabalhos de campo são essenciais para compreendermos as relações existentes entre a escola e o território. Posteriormente abordaremos os resultados das oficinas realizadas nesses trabalhos de campo com os (as) estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental onde tinham como intuito de possibilitar a esses (as) estudantes a representação do território a partir de suas compreensões.

O TERRITÓRIO INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ: A LUTA PELA TERRA

O povo Jenipapo-Kanindé iniciou seu movimento de luta e articulação pelo território nos anos 1980. O território foi marcado ao longo do tempo por conflitos e tensões que contribuíram para a mobilização e formação do povo Jenipapo-Kanindé.

Os (as) habitantes da Lagoa da Encantada, no distrito de Jacaúna, não possuíam uma organização social e política. Os moradores eram conhecidos pelas comunidades vizinhas como os “cabeludos da encantada” devido as suas diferenças étnicas. As especificidades colaboraram para o debate em volta da possibilidade de um povo indígena naquela região. Sobre isso, a autora Antunes (2008, p. 84) destaca:

O topônimo criado pela comunidade de fora é assumido pela tribo em momento de arranjo político para evocar suas origens indígenas, baseadas no comportamento



ancestral que os legitimam como índios puros, advindos dos troncos velhos, antigamente conhecidos como Cabeludos da Encantada.

As mobilizações tomaram maior repercussão diante dos conflitos em torno da disputa pela água e pela terra. O território Jenipapo-Kanindé é marcado por uma extensa vegetação que caracteriza a relação do povo com a natureza. De acordo com Silva (2011, p. 44), podemos verificar no espaço “A terra Indígena Jenipapo Kanindé possui uma área de aproximadamente 1.731 hectares, englobando ambientes de formação litorânea, como manguezais, planícies lacustres e fluviais, campo de dunas e tabuleiros costeiros [...]”.

Diante das características próprias do povo Jenipapo-Kanindé, iniciaram-se os estudos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) no ano de 1997. Devemos considerar a presença e articulação de pesquisadores (as) das universidades e grupos de pesquisa, dentre eles o Núcleo de Geografia Aplicada (NUGA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que contribuíram para reforçar a importância da mobilização para o início dos estudos para a identificação do território indígena em questão.

Com a finalização dos estudos, o território Jenipapo-Kanindé foi reconhecido e delimitado em 1999 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, só obteve o reconhecimento oficial em 2004, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Um dos conflitos que marca a trajetória de luta dos Jenipapo-Kanindé envolveu a água que banha o território. A Lagoa da Encantada foi motivo de disputa com a empresa Ypioca, que estava retirando de forma ilegal a água da lagoa, além de causar poluição e contribuir para a mortandade de peixes no local.

Outro conflito que está inserido na formação socioespacial do povo Jenipapo-Kanindé, é a luta contra posseiros e invasores, dentre eles a empresa Aquiraz Resort, que intencionava a construção de um extenso empreendimento imobiliário na área territorial correspondente ao território indígena.

A disputa pela terra e a água do território indígena é marcada por um “jogo de interesses” daqueles que tentam prejudicar o povo Jenipapo Kanindé, como cita Antunes (2008, p.35)

As investidas contra os Jenipapo Kanindé dão-se por vários indivíduos e empresas que almejam se apropriar de forma ilícita dos bens naturais que compõe a reserva indígena. Geralmente agem por intermédio de aliciamento, ou seja, oferecem uma quantia em dinheiro para um morador que vive nas proximidades da aldeia, ou até mesmo um índio mais afastado do movimento.



Com o avanço das tentativas de invasão do território Jenipapo-Kanindé, fortaleceu-se também a organização social e política da aldeia, articulando, assim, a luta em defesa da demarcação do território impedindo o avanço dos agentes neoliberais no território. O movimento indígena local, através dos diálogos construtivos com o movimento nacional impulsionou as conquistas iniciais pela demarcação da aldeia. Com isso, em 24 de fevereiro de 2011, a Portaria nº 184 do Ministério da Justiça no Diário Oficial da União (DOU) declarou a posse permanente do povo Jenipapo-Kanindé nos seus 1.731 hectares e julgando improcedente as contestações do grupo Ypioca.

Outras conquistas surgiram após a vitória contra o grupo empresarial e a demarcação iniciada pelas tramitações jurídicas que garantiram a legitimidade da posse do território. Nesse contexto de estruturação do povo Jenipapo-Kanindé o protagonismo ficou evidente através da organização política liderada por um cacicado triplo feminino que impulsionou uma agenda de mobilizações e articulações para conquistas futuras. Destacamos o papel que a Cacique Pequena teve na conjuntura inicial da aldeia e nas novas dinâmicas territoriais.

No ano de 2024, a aldeia teve a sua demarcação concluída com a fixação dos marcos delimitantes como forma de reafirmar a posse e a força da articulação do povo Jenipapo-Kanindé, iniciada na década de 1990. Já em 2025 o povo Jenipapo-Kanindé obteve a homologação da Terra Indígena Jenipapo-Kanindé pelo Governo Federal. Assim, após a homologação, os territórios realizarão a desintrusão de posseiros, passando pela última etapa do processo demarcatório, de registro em cartório das áreas em nome da União.

O território Jenipapo - Kanindé soma-se aos demais 20 (vinte) povos indígenas reconhecidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) que lutam pela efetivação do direito à terra e se reestruturam na configuração socioespacial do Ceará perante os precedentes históricos marcados pela negação da presença indígena e dos extensos casos de genocídio que marcam a formação socioespacial cearense desde o sertão ao litoral.

O território se dinamiza com o passar do tempo impulsionado pelas relações sociais que se materializam nos territórios indígenas. Além disso, apontamos os conflitos enraizados em outrora pelo derramamento de sangue e que dizimou inúmeros indígenas. Os interesses econômicos e políticos adentram os territórios indígenas intencionados pela lógica neoliberal que buscam desconstruir as construções de autonomia indígena na iniciativa de facilitar a invasão dos brancos.

As diversas conquistas desde o reconhecimento até a homologação do território impulsionam a necessidade da continuidade na luta e garantia dos direitos que regem a identidade do povo indígena Jenipapo-Kanindé. Liderados por um cacicado triplo feminino, os



então conhecidos na década de 1980 como os “cabeludos da encantada assumem um papel de protagonismo na busca da construção da identidade indígena através das conquistas atingidas durante o ontem e o que virá amanhã: resistência, fortalecimento e continuidade.

DESCONSTRUIR PARA CONSTRUIR UMA ESCOLA DO POVO INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ

A escola construída pelos povos indígenas evidencia a luta pela terra, onde os saberes estão inseridos nesse processo. Diante da luta de resistência ao longo do tempo, a colonização impôs aos territórios indígenas consequências incalculáveis e de reafirmação das tentativas de domínio europeu, como cita Pereira (2018, p.19):

A história da educação escolar voltada para os indígenas no nosso país refletiu esse contexto e esteve, predominantemente, voltada para a pacificação e a integração desses povos à sociedade nacional e para a produção de mão de obra. Assim, ela foi utilizada no período da colonização como aparato ideológico para a dominação europeia.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 trouxe aparato jurídico por meio da mobilização dos povos indígenas na defesa de uma Educação ancestral, ou seja, que respeitasse os saberes e a espiritualidade dos povos originários. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, é outro instrumento de luta vindo da mobilização e articulação dos indígenas no Brasil. Pereira (2018, p. 30) reflete:

Na direção dos avanços e ajustes referentes à educação escolar indígena diferenciada, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei n.º 9.394, de 20/12/1996). A legislação que regulamenta todo o sistema educacional brasileiro, desde o ensino fundamental até o ensino superior, traz em seu texto leis que reforçam o conteúdo da Constituição de 88 referente à educação escolar diferenciada Indígena, assim como amplia a regulamentação das características diferenciadas para que o ensino indígena se dê de modo a atender as especificidades das etnias.

A Educação Escolar Indígena é uma das conquistas mais essenciais para os povos originários diante da necessidade de reconhecer as singularidades dos indígenas e tentar desconstruir os “ataques” e tentativas dos europeus em fragmentar os povos indígenas, não respeitando seus modos e crenças. Ao longo do tempo, o genocídio e a catequização que lhes foram impostas tinham intencionalidades e tratativas dos colonizadores em anular a presença indígena.



Na perspectiva da Educação Escolar Indígena está o debate do currículo, a estrutura regimental que conduz o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Na Educação Escolar Indígena, o currículo é um instrumento de fortalecimento da relação com o território, como destaca Nascimento (2017, p. 377): “o campo do currículo, em especial o das escolas indígenas, diz respeito a processos simbólicos – e, portanto, ideológicos – de produção de significados, de sentidos de pertencimento”.

Nesse sentido, os (as) indígenas, nas suas práticas de Educação diferenciada, utilizam o os saberes e costumes inseridos no conteúdo pedagógico e curricular. O território também educa, ensina e constrói relações importantes para o protagonismo indígena. Os (as) professores (as) são parte desse processo junto aos (as) estudantes que constroem seus conhecimentos a partir da relação com o território.

Ferreira (2020, p. 105) destaca nesse sentido, “é necessário evidenciar o lugar de construção de conhecimentos indígenas e de seus processos próprios, que consideram a cultura, os costumes, os conhecimentos, os saberes, a tradição e a visão de mundo própria”.

Desse modo, coadunamos com o autor, ao confirmar com isso a importância da Educação dialogada junto ao território, e vice-versa. Contundo, como destacam Moreira e Silva (2001, p. 7-8), “[...] O currículo está implicado em relações de poder, transmitindo visões sociais particulares e interessadas, produzindo identidades individuais e sociais particulares”. Ou seja, “[...] O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social.”

Para que a legislação seja efetiva nos espaços escolares indígenas, precisamos fornecer condições e subsídios para que as escolas consigam atender as expectativas dos povos originários e esteja adequada para recebê-los através de uma estrutura física apropriada e com recursos didáticos que possibilitem a edificação do conhecimento na visibilidade indígena, além de dialogar com os (as) professores (as) através de ações e projetos.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico (PPP) necessita estar contextualizado e de acordo com a realidade do território indígena, reconhecendo a interculturalidade, multilinguismo e as particularidades da comunidade. O povo indígena necessita ser ouvido na construção do currículo para que ele seja protagonista na elaboração e execução do projeto. Atramos o PPP como instrumento de diálogo permanente no processo de formação da identidade a partir da relação da escola com o território e vice-versa.

No estado do Ceará, a luta pela Educação Escolar Indígena é impulsionada na década de 1980 pelos povos Tapeba e Pitaguary. Após a Constituição Federal do Brasil, em 1988, o



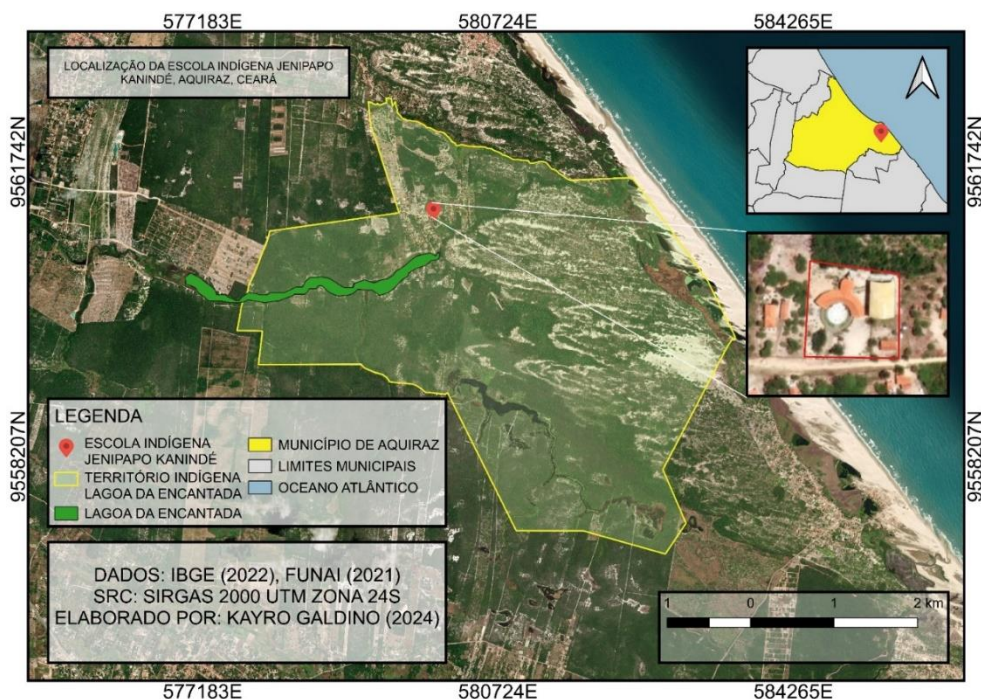
movimento indígena cearense articulou a garantia do direito a uma Educação específica e que atendesse aos anseios territoriais.

O povo Jenipapo-Kanindé, ao longo do tempo de sua organização social e política, manteve a luta pela Educação como um pilar importante para a marca da identidade que caracteriza a luta pela terra, e ao mesmo tempo, a luta por uma escola dos indígenas. Assim como nas demais etnias, a educação indígena sempre colocou os saberes da terra atrelados a ancestralidade como elemento colaborador para o fortalecimento da identidade indígena.

Debaixo das mangueiras sagradas da aldeia, o povo Jenipapo-Kanindé aprendeu e ensinou as demais gerações a estabelecerem uma relação direta e de afeto com a natureza, a “mãe terra” e, assim, compreender a natureza como um alicerce educador. Antes da chegada da escola, outros espaços da aldeia abrigavam a escolarização formal que chegava na aldeia, desde o museu indígena, associação e pousada.

Em 2009, foi inaugurada a Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, fruto da luta e articulação do povo Jenipapo-Kanindé que manteve ao longo da luta pela demarcação o propósito atrelado a luta pela terra. A escola está em um ponto estratégico da aldeia (Figura 2), pois está próximo da casa da Cacique Pequena e nas proximidades dos lugares sagrados que os (as) estudantes possuem intensa relação: Lagoa da Encantada e Morro do Urubu.

Figura 2 – Localização da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz/CE



Fonte: Kayro Rocha (2025), baseado nos dados do IBGE (2022) e Funai (2021).



A escola desempenha papel de centralidade da organização social e política do cotidiano da aldeia, por sediar importantes encontros e tomadas de decisões no que rege as demandas do território. O povo Jenipapo-Kanindé encontra na escola, a possibilidade de formar novas lideranças no território e contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos (as) estudantes indígenas, considerando os conhecimentos prévios destes.

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO POVO JENIPAPO-KANINDÉ: CONTRIBUIÇÕES E DIÁLOGOS

As práticas de Educação Geográfica possibilitam aos (as) estudantes compreenderem as dinâmicas territoriais e as suas espacialidades, como “os temas da espacialidade local e global dos temas da espacialidade vivida no cotidiano” (Cavalcanti, 2010, p.1). A Geografia deve considerar a trajetória e a vivência do (a) estudante, ao relacionar a sua relação com o território, com as suas práticas sociais. Considerar espaço vivido do (a) estudante é uma das maneiras de produzir o conhecimento em sala de aula.

No entanto, é importante compreender especificamente não só o olhar sobre o vivido e territorializado, mas pelo espaço afetivo e percebido, uma vez que é importante aprender a geografia a partir das várias escalas.

É no cotidiano dos (as) estudantes que a Geografia consegue se estender e possibilitar aos (às) sujeitos a exploração do território e descobertas de novas dinâmicas envolvendo-os como protagonistas na elaboração do conhecimento geográfico. São nas observações realizadas pelos (as) estudantes fora da escola que eles compreenderão o que a Geografia ensina, dinamiza e constrói. Os (as) professores (as) indígenas atuam diretamente neste processo de valorização do território através das metodologias utilizadas no propósito de tornar o ensino significativo.

A Educação Geográfica na Escola Indígena Jenipapo - Kanindé é importante para compreendermos como o território se dinamiza e se fortalece a partir das relações do cotidiano. As relações estabelecidas são essenciais para compreender as contribuições da Geografia, partindo da relação sociedade-espaço. Conforme Callai (2017, p.83) “a educação geográfica pode se estabelecer como um dos caminhos para estudar geografia de modo que oportunize aos estudantes construírem as bases de conteúdo para interpretação do mundo”.

A própria localização da Escola Indígena Jenipapo - Kanindé possibilita aos (às) estudantes se aproximarem da Geografia através do olhar atento as paisagens, aos lugares e as

marcas que o território traz. Através dessa observação se potencializa as interações e o fortalecimento do processo de ensino atrelado a Educação Geográfica.

A presença do verde e dos morros que cortam o território Jenipapo- Kanindé constrói uma relação estudante- natureza. Neste sentido, a aula torna-se viva e atraente ao ser uma própria aula de campo dentro do próprio espaço físico da sala de aula, sem muros e grades, o estudante tem a facilidade de observar a Geografia ao seu redor como ela é.

A Lagoa da Encantada (Figura 3) é dos lugares que os (as) estudantes estão sempre presentes seja pelas aulas de campo, pelo deslocamento de ida e vinda de casa para escola ou nas atividades de lazer que os (as) estudantes costumam fazer nas horas livres. Estar perto da natureza permite ao (a) estudante o impulsionamento da sua curiosidade para descobrir sentidos e formas nos lugares e nas paisagens.

Figura 3 – Lagoa da Encantada



Fonte: Kayro Rocha (2024)

Em uma das atividades propostas durante a construção da pesquisa, os (as) estudantes precisavam demonstrar, através de desenho a compreensão que tinham do território, a partir de suas vivências. O estudante D.A do 6º ano conseguiu representar pertencimento com o território, a partir do Morro do Urubu, enquanto lugar de ancestralidade e de fortalecimento da espiritualidade.

Figura 4 – Representação do estudante D.A, do 6º ano



Fonte: Elaborado por D.A (2024).

Assim, percebemos que o cotidiano está diretamente relacionado como marca importante para a construção do conhecimento geográfico. Neste sentido destacamos que o “lugar é entendido como o espaço da vida de cada um, onde estão as referências pessoais” (Kaercher, 1999, p. 168).

Os (as) estudantes possuem a capacidade de compreender e fazer uma leitura do seu entorno. O território Jenipapo-Kanindé e as particularidades inseridas nele fazem parte da trajetória e vivência de cada estudante e os ajuda a pensar, criar e refletir a partir do conhecimento geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre escola, território e Educação Geográfica provoca reflexões entorno das contribuições entre ambos. As linguagens, saberes e costumes identificam as pluralidades presentes no contexto da Educação Escolar Indígena. Ao relacionarmos com a Educação Geográfica onde consideramos as trajetórias dos (as) estudantes na espacialização do território, exprime-se o protagonismo destes.



Portanto, consideramos importante a relação entre escola e território, para os diálogos e as práticas da Educação Geográfica. As relações construídas possibilitam uma Educação emancipatória e que fortaleça a identidade indígena dos (as) estudantes.

É compreender o papel social no espaço geográfico desde o percurso de casa para a escola, como também na extensão das práticas que possibilitam a formação cidadã. A Educação Geográfica está presente no cotidiano dos (as) estudantes e se entrelaça na relação da escola com o território e com os sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. **Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ALVES, Juliana. **Cacique Pequena do Povo Jenipapo-Kanindé: trajetória e protagonismo das mulheres indígenas no movimento indígena do Ceará**. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Fortaleza, 2022.
- ANTUNES, Ticiane de Oliveira. **Construção étnica e políticas públicas: Mobilização, política e cultura dos índios jenipapo-kanindé do Ceará**, Fortaleza, 2008.
- CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o Mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002
- CAVALCANTI, Lana. **A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas**. Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Ensino de geografia práticas e textualizações no cotidiano**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- FERREIRA, Bruno. **Ũn Si Ag Tũ Pẽ Ki Vênh Kajrânân Fã: o papel da escola nas comunidades Kaingang**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020
- KAERCHER, Nestor André. **Desafios e Utopias no Ensino de Geografia**. 3ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- LUCIANO, Gérsem José dos Santos. **O índio brasileiro: tudo o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: FUNAI, 2006.
- MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução**. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 7-37.
- NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Educação Escolar dos Índios: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé**. 2006. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- MELIÁ, Bartomeu. **Educação Indígena na Escola**. Caderno CEDES, vol. 19, n. 49, Campinas, Dec. 1999



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

MUNDURUKU, Daniel. **Caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2008.

PEREIRA, Anúsia. **Educação escolar diferenciada indígena Tremembé**: contributos para uma educação descolonizante / Anúsia Pires Pereira. - 2018. 83 f. Dissertação (mestrado). Fortaleza: [s.n.].